

OS EMPRESÁRIOS BINACIONAIS DA IMIGRAÇÃO: UMA DISCUSSÃO HISTÓRICA¹

BINATIONAL IMMIGRATION ENTREPRENEURS: AN HISTORICAL DISCUSSION

Patrícia Bosenbecker²

Karl Monsma³

RESUMO

Nos últimos anos, o Brasil experimentou uma grande onda migratória, especialmente com a entrada de haitianos, bolivianos e colombianos. Em geral, são imigrantes pobres com pouco conhecimento da língua, das leis e dos costumes locais, que gastam suas economias contratando agenciadores para aqui se estabelecerem, atraídos por promessas de emprego. A realidade desse processo, entretanto, não condiz com as promessas. Esse tipo de relação já existia no século XIX e início do XX, quando empresários da imigração participavam no processo de colonização do país, agenciando imigrantes e regularizando assentamentos. Esse artigo busca discutir em perspectiva histórica o papel de intermediação desses agentes, a partir da análise de um empresário da imigração em Rio Grande do Sul e as relações por ele estabelecidas em sua colônia no século XIX.

Palavras-chave: Imigração. Empresários binacionais. Minorias intermediárias. Sociologia histórica.

1 Uma versão deste trabalho foi anteriormente apresentada pelos autores no *GT23 Migrações internacionais: legislações, estados e atores sociais* do 38º Encontro Anual da ANPOCS, realizado em Caxambu-MG, em 2014.

2 Pós-doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), com bolsa da FAPESP. Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Pesquisa desenvolvida com bolsa de Doutorado-CAPES e Doutorado-Sanduiche no Exterior-CAPES. E-mail: pbosenbecker@hotmail.com

3 Professor do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Doutor em Sociologia pela University of Michigan, EUA. Bolsista do CNPq – Brasil (Produtividade em Pesquisa) e bolsista da Capes – Brasil (Estágio Sênior no Exterior). E-mail: karlmonsma@hotmail.com

ABSTRACT

In recent years, Brazil has experienced a large wave of immigration, especially of Haitians, Bolivians and Colombians. In general these are poor immigrants with little knowledge of local language, laws and customs, who spend their savings paying intermediaries to help them get established in the country, to which they are attracted by promises of employment. The reality of this process, however, is different from the promises. This kind of relationship already existed in the 19th and early 20th centuries, when immigration entrepreneurs participated in the colonization process, attracting immigrants and regularizing settlements. This article discusses the intermediary role of such agents in historical perspective, focusing on the activities of a 19th century immigration entrepreneur in Rio Grande do Sul and his relations with settlers in the colony he established.

Keywords: Immigration. Binational entrepreneurs. Middleman minorities. Historical sociology.

INTRODUÇÃO

Eles [os ganeses] pagam até US\$ 4 mil (cerca de R\$ 9 mil) por um pacote que inclui passagem aérea ao território brasileiro (só de vinda), passagem rodoviária para alguma cidade onde possam trabalhar e ajuda com documentos – além de acenos de emprego, nem sempre confirmados (TREZZI, 2014).

Junto com as novas levas de imigrantes que chegam ao Brasil, aparecem, quase de dia para noite, facilitadores da mesma origem, que recebem dinheiro dos compatriotas para ajudá-los no transporte, no ingresso ao país, na papelada exigida por órgãos do Estado e na procura de emprego. O caso dos trabalhadores bolivianos em São Paulo já é bem conhecido.⁴ Eles geralmente dispensam os documentos oficiais de entrada e permanência, e chegam sem falar português, mas mesmo assim vivem e trabalham na cidade de São Paulo, muitas vezes durante anos, o que só é possível porque dependem de uma rede de facilitadores bolivianos, que fornece transporte de ônibus da fronteira

4 Os bolivianos chegaram a formar a segunda maior colônia em São Paulo, com crescimento de 173%, entre 2000 e 2010 (PEREIRA, 2013).

e lhes encontra moradias e empregos, geralmente em confecções de propriedade de outros bolivianos ou de coreanos, provavelmente com supervisores bolivianos. As moradias muitas vezes são superlotadas, os empregos pagam pouco e as condições de trabalho podem ser consideradas “análogas à escravidão” pelas autoridades brasileiras.⁵ Mas mesmo assim, os bolivianos continuam chegando.

Mais recentemente,⁶ milhares de haitianos ingressaram ao país pela fronteira com Peru. Ainda sabemos pouco sobre como chegam e como encontram emprego no Brasil, mas é evidente que uma rede de outros haitianos ajuda no transporte até a fronteira Peru-Brasil, depois nas interações com a Polícia Federal, e na distribuição dos imigrantes a cidades onde podem encontrar emprego veja, entre outros (ZENI; FILIPPIM, 2014), como ocorreu, por exemplo, em Caxias do Sul.⁷ As redes estabelecidas com outros imigrantes também são essenciais para grupos senegaleses, que estabeleceram-se em Passo Fundo (TEDESCO; GRZYBOVSKI, 2013). Tanto para senegaleses e haitianos, quanto para os ganeses, as dificuldades no Brasil começam pelo aprendizado do idioma e perpassam a abertura de uma conta bancária e/ou o atendimento de saúde pública (DUTRA; GAYER, 2015), problemas centrais na relação do Estado com os imigrantes.

Em função de sua dependência, ignorância do novo país, falta de fluência na nova língua e principalmente falta de direitos, os imigrantes pobres muitas vezes fornecem mão-de-obra mais barata e confiável que os trabalhadores nacionais, criando, assim oportunidades para “empresários étnicos” explorarem os conterrâneos imigrantes.

5 Algumas informações estão disponíveis no portal “O Estrangeiro”, que integra as atividades de pesquisa do DIASPOTICS (Grupo de Estudos das Migrações, Diásporas e TICs) e as ações de Extensão do PET-ECO (Programa de Educação Tutorial da Escola de Comunicação da UFRJ). Veja reportagens de: Daniel Salgado (2013) e de Camila Maciel (2015).

6 Em 2015, os haitianos lideraram o ranking de entrada no país, com os bolivianos em segundo lugar, seguidos pelos colombianos, em terceiro, conforme (UMA DÉCADA..., 2016).

7 A região de Caxias do Sul recebeu inúmeros imigrantes haitianos e senegaleses. Veja especialmente a série de reportagens sobre a situação desses grupos imigrantes na cidade, publicadas pelo jornal local *Pioneiro*, assinada por Andrei Andrade e Mauricio Tonetto (2016).

Os imigrantes também são vulneráveis a várias outras formas de exploração, na forma de, por exemplo, cobranças exorbitantes de atravessadores ou “coiotes” que ajudam na imigração clandestina, da cobrança de aluguéis inflados por moradias, e das taxas de “despachantes étnicos”, que ajudam com os tramites burocráticos para a regularização da residência e do trabalho no novo país.

Os imigrantes que são donos de empresas ou atravessadores no processo de imigração ganham a confiança dos seus compatriotas migrantes. Isso é possível porque ocupam uma posição cultural e legal intermediária. Geralmente falam as duas línguas, entendem razoavelmente bem os códigos culturais brasileiros, conhecem as regras e os procedimentos burocráticos da imigração e estão em situação regular no país, ou, como residentes permanentes ou como cidadãos naturalizados. Assim podem servir como intermediários entre seus compatriotas pobres, por um lado, e o Estado e os empregadores, por outro. Ao mesmo tempo podem se aproveitar dessa intermediação, e das vulnerabilidades dos imigrantes sem direitos, para explorar seus conterrâneos.

Este tipo de relação também pode ser encontrado em períodos migratórios anteriores. Ainda no século XIX, muitos dos empresários da imigração eram eles mesmos imigrantes. Os donos das empresas de colonização intermediavam a relação dos imigrantes com os órgãos governamentais - por exemplo, registrando a propriedade de terra ou representando colonos na Justiça – mas também cobravam acima do preço prometido pelos lotes coloniais.

Neste trabalho, pretendemos avaliar historicamente a participação destes “agenciadores” de imigrantes no processo de colonização do país. Trataremos especialmente dos grandes movimentos migratórios do século XIX, especialmente das migrações de alemães para o Brasil, chamando a atenção para as semelhanças entre os empresários étnicos do passado, muitas vezes celebrados como

pioneiros do desenvolvimento regional, e os intermediários étnicos do presente, muitas vezes estigmatizados como exploradores e traficantes de pessoas. Não é comum, na literatura sobre o tema, perceber os agenciadores do passado como facilitadores que se beneficiavam com a exploração de conterrâneos. Pelo contrário, em várias ocasiões a literatura busca mostrar colonizadores, como era chamado os agenciadores no século XIX, como vencedores, líderes e exemplos de empreendedores.⁸ Entretanto, muitas das fortunas acumuladas por empresários étnicos no passado se originaram da exploração dos seus conterrâneos. Por outro lado, os intermediários da imigração hoje, além de explorar os imigrantes pobres, também são empresários inovadores que ajudam seus patrícios e contribuem para o desenvolvimento do país, na medida em que a imigração traz benefícios econômicos e eles reinvestem seus lucros no país. Por ocuparem uma posição de intermediação, pretendemos comparar esses agentes ou empresários da imigração com as minorias intermediárias (BONACICH, 1973).

Examinamos um caso específico do passado para demonstrar essa situação. Avaliaremos o papel da família Rheingantz, imigrantes alemães e empresários, que agenciaram a imigração de alemães pobres para o Sul do Rio Grande do Sul, lucrando com o assentamento dos mesmos, na colônia agrícola fundada pelo patriarca da família Jacob Rheingantz. Na geração seguinte, os empresários da família ocuparam-se com a primeira fábrica têxtil do Rio Grande do Sul, estabelecida na cidade de Rio Grande e trabalhada principalmente por operários e técnicos alemães. A análise se fundamentada em fontes documentais históricas, especialmente em cartas familiares, anotações da direção

8 O exemplo clássico da literatura referente aos colonizadores alemães é a descrição de Hermann Blumenau, colonizador que fundou a colônia Blumenau, em Santa Catarina, realizada por Carlos H. Oberacker Junior (1985). No texto, Oberacker Junior (1985, p. 305) descreve o nome Blumenau para a colonização como “a quinta-essência do que seja a obra germânica de pioneiro e de cultura.”, porque para Blumenau, “colonizar significa muito mais do que uma questão meramente comercial. Colonizar, para ele, era missão, e como ele próprio dizia, a solução de um problema cultural, que merecia o sacrifício de toda uma vida, da saúde e do patrimônio.”

colonial, documentos sobre terras e colonização do governo da província do Rio Grande do Sul, jornais da época e processos criminais envolvendo os colonos de São Lourenço.⁹

AS ELITES ÉTNICAS E SEUS COMPATRIOTAS

Entre os intermediários da imigração, as fronteiras entre exploração e ajuda aos imigrantes, e entre fraudes e atividades empresárias legítimas, são flexíveis e um tanto subjetivas. O papel ambíguo da elite imigrante com respeito aos compatriotas talvez seja mais evidente entre os grupos muitas vezes chamados de “minorias intermediárias” (*middleman minorities*), que geralmente mantêm um alto grau de distinção – de cultura, língua, relações comerciais e padrões de casamento – na sociedade de acolhimento, especializam-se no comércio ou outras atividades de intermediação e concentram-se em nichos econômicos específicos, onde boa parte, senão todas, suas transações são com outras pessoas da mesma origem. O caso paradigmático de minoria intermediária são os judeus da Europa, mas existem grupos em posição semelhante espalhados pelo mundo: os chineses no Sudeste asiático, os indianos e libaneses na África, e os sírio-libaneses no Brasil e em boa parte do resto da América Latina (TRUZZI, 1997).

Na sua influente teoria das minorias intermediárias, Edna Bonacich (1973) discute características típicas de tais grupos. Eles não se pensam como residentes permanentes do país de acolhimento, ou pelo menos inicialmente se pensavam como moradores temporários e, mesmo

9 Ressalta-se as seguintes coleções de fontes documentais: 1) Biblioteca Rio-Grandense (doravante, BRG), Acervo Jacob Rheingantz, contendo mais de 500 documentos sobre a colônia, alguns em alemão, distribuídos em 4 caixas do acervo. 2) Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (a partir de agora apenas AHRG). Coleção Imigração, Terras e colonização. São Lourenço/empresário/diretor/diversos, maço 72, caixa 37. 3) Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (doravante, APERS). Comarca de Pelotas. em especial, processos criminais n. 520, 632, 672, 681, 692, 731, 745, relativos ao período de 1858 a 1870. 4). Entre os jornais, trabalhamos até o momento com o *Diário de Rio Grande*, periódico da cidade portuária do Rio Grande/RS, no período entre 1858 a 1874.

depois de várias gerações no país, ainda se identificam fortemente com a terra ancestral. Eles tendem a se concentrar em ocupações “portáteis” ou cujos investimentos são facilmente liquidados, permitindo o retorno ao país de origem ou novas migrações, e evitam grandes investimentos que só rendem em longo prazo, como, por exemplo, nas indústrias ou em formas de agricultura que demoram em render, como a criação de gado. Também priorizam poupar dinheiro, trabalhando longas horas e adiando o consumo para poder poupar mais.

Esses grupos se caracterizam por um alto grau de solidariedade interna, instituições comunitárias próprias, como escolas e associações, resistência a casamentos com outros grupos, uma tendência de se concentrar em certos bairros, e muitas vezes a manutenção de língua e religião distintivas. Geralmente, dependem bastante da mão-de-obra familiar, que não é paga. Quando empregam outros, estes ganham pouco e trabalham longas horas, mas depois, como recompensas por sua lealdade recebem treinamento e ajuda em estabelecer seus próprios negócios ou oficinas. Assim, os empresários étnicos limitam os custos de mão-de-obra em setores que dependem do uso intensivo de mão-de-obra. Ao mesmo tempo, buscam fornecedores e vendedores dentro da própria comunidade, onde as relações se baseiam na confiança e onde é mais fácil conseguir crédito e os juros são menores. Agindo dessa maneira, eles limitam seus custos por todos os lados, e, na maioria das vezes, os “nativos” do país de acolhimento não conseguem competir com eles na mesma área de atuação.

O sucesso das minorias intermediárias, junto com sua falta de integração na sociedade de acolhimento, muitas vezes leva à hostilidade contra elas. Os clientes acham que cobram demais, os comerciantes e outros homens de negócios se sentem ameaçados pela competição delas, e trabalhadores acham que eles diminuem os salários, porque seus patrões não conseguem pagar bem e ao mesmo tempo competir com os imigrantes. Vários grupos no país de imigração tendem a hostilizar

as minorias intermediárias por suas instituições e cultura distintivas e pela solidariedade interna dessas comunidades, geralmente acusando-as de serem “inassimiláveis”, de faltar lealdade ao país e de sugar os seus recursos, mandando dinheiro à terra de origem.

A vulnerabilidade dos imigrantes muitas vezes permite formas de corrupção, chantagem e bandidagem visando os explorar, que também são operados principalmente por “empresários” imigrantes da mesma origem, como no caso da “mão negra” italiana de várias cidades grandes dos Estados Unidos no final do século XIX e início do XX, precursor da máfia, que se especializava em extorquir os donos italianos de pequenos negócios (NELLI, 1976). Já no Sul do Brasil, durante o século XIX e início do XX, os imigrantes eram vulneráveis a outros tipos de fraudes e exploração, especialmente relacionados à questão agrária, como concessão de terras, regularização e administração de núcleos coloniais, uma vez que preponderava a colonização, ou seja, a fixação dos estrangeiros em lotes de terra como política do Estado nacional (SEYFERTH, 1999, 2002).

INTERMEDIADORES E EMPRESÁRIOS DA IMIGRAÇÃO NA HISTÓRIA DA COLONIZAÇÃO

Depois da Lei das Terras de 1850, colônias particulares proliferaram no Sul do Brasil. Estima-se que aproximadamente duzentas colônias particulares foram estabelecidas no Rio Grande do Sul até o início do século XX (WILLEMS, 1986, p. 45).¹⁰ A maioria das empresas de colonização era de estrangeiros, especialmente alemães, embora parte significativa delas tivesse capital brasileiro mesclado com o estrangeiro. As colônias tinham tamanhos variados, desde as

10 Sobre colonização alemã para o Rio Grande do Sul sugerimos, entre obras clássicas e mais recentes os livros de Roche (1969), Lando e Barros (1980), Dreher (2014) e Neumann e Tedesco (2013). Sobre políticas do Estado brasileiro, legislação e a criação das colônias particulares veja Seyferth (2002), já aspectos envolvendo pequena propriedade e colonização foram discutidos por Petrone (1982).

menores, em extensão, até as maiores da província, caso da colônia São Lourenço, fundada e administrada por Jacob Rheingantz, um comerciante da Renânia, Alemanha, estabelecido em Rio Grande/RS desde 1843, local onde mantinha um comércio com o sogro, também de origem alemã.

A fundação da colônia São Lourenço, oficialmente em 1858, ocorreu após um contrato assinado com o governo imperial e a compra de algumas terras devolutas na região de Pelotas, no sul do Rio Grande do Sul (COARACY, 1957). A elite local sempre participou dos empreendimentos da família Rheingantz, de forma que o projeto colonial ganhou o apoio do capitão José Antônio de Oliveira Guimarães, que reuniu como investidores treze parceiros e parentes, os principais fazendeiros da região, para tirar o negócio do papel (PAES, 1909). Depois, Rheingantz aproveitou suas relações familiares e comerciais na Prússia para contratar agentes para o aliciamento dos imigrantes e navios para levá-los ao Rio Grande do Sul. O aliciamento dos colonos ocorreu de várias formas. Havia agentes particulares que representavam Jacob Rheingantz, alguns deles parentes do empresário, como Guilherme Bauer, que ficou no negócio até meados da década de 1860, atuando na Europa e no Brasil. Ao que tudo indica, Rheingantz também agia no cooptação de imigrantes que já haviam chegado ao Brasil, pois alguns colonos informaram que pretendiam ir a Montevideu, mas mudaram o destino por conta da propaganda de Rheingantz. Outra forma de engajamento dos estrangeiros era através das empresas especializadas. Em 1859, encontramos a empresa Wilhelm Hühm e Cia, já na década de 1860 a empresa Steinmann e Cia passou a organizar os grandes fluxos dirigidos para São Lourenço.¹¹ Esta última companhia também agenciava imigrantes para o governo da província (ROCHE, 1969, p. 107).

11 AHRS - Coleção Imigração, Terras e colonização. São Lourenço/empresário/diretor/diversos, maço 72, caixa 37. *Correspondência de Jacob Rheingantz, em 19 set. 1861, enviado ao Presidente da Província; Correspondência de Jacob Rheingantz enviado ao Presidente da Província, em 31 ago. 1861.* Com dois documentos anexos. AHRS. Colonização, maço 33, caixa 19. *Lista de passageiros*

Os negócios de Rheingantz sempre foram marcados pela participação ativa de toda sua família. A empresa colonizadora era basicamente formada por sua família, trazida aos poucos da Europa, e pelos filhos, nascidos no Brasil. De fato, um dos principais aliciadores de imigrantes para Rheingantz foi um primo dele e a maior parte do primeiro grupo de colonos provinha da sua cidade natal e da vizinhança. Jacob colocou seu irmão como encarregado da mensuração e demarcação dos lotes. Sua esposa e suas irmãs cuidavam da contabilidade da empresa e trabalhavam na loja que vendia suprimentos aos colonos. O pai dele foi nomeado como primeiro administrador da colônia.

Junto com seus irmãos, cunhados e outros parentes, Rheingantz monopolizava a compra dos produtos coloniais e o transporte da produção de São Lourenço até as cidades de Pelotas e Rio Grande, pela Laguna dos Patos, em barcos próprios.¹² A colônia cresceu rapidamente. O empresário comprou várias áreas adjacentes, de fazendeiros ou posseiros, contando com o apoio das lideranças locais, especialmente dos grandes fazendeiros da região, pelo menos nos cinco primeiros anos de funcionamento da colônia. De 1858, data da primeira leva de imigrantes, até 1872, Rheingantz introduziu mais de 620 famílias¹³ na sua colônia, contando com 3.280 habitantes em 1870 e 5.130 em 1875 (PELLANDA, 1925, p. 148).

expedidos pelo Sr. Steimann e Cia, de Antuérpia a bordo do navio belga Charles Rogier, Cap. Müller para o Rio Grande do Sul. BRG. Acervo Jacob Rheingantz. Correspondência de Jacob Rheingantz em resposta a ofício do governo [doc. 35], sobre agenciamento de Bauer, questionado por Steinman, caixa 1, doc. 36; Carta de Wilhelm Hühn a Jacob Rheingantz, em 18 ago. 1863, caixa 1, doc. 44 (em alemão).

- 12 Coaracy (1957), Iepson (2008), AHRs - Coleção Imigração, Terras e Colonização. São Lourenço/ empresário/diretor/diversos, maço 72, caixa 37. *Correspondência de José Antônio de Oliveira Guimarães, em 20 fev. 1858, enviado ao Presidente da Província Angelo Moniz da Silva Ferraz. APERS. Comarca de Pelotas. Processo crime n. 632, 1863, caixa 006.0315.*
- 13 Levantamento de dados realizado para dissertação de mestrado de Bosenbecker (2011), a partir livros de registros de entrada de imigrantes no Rio Grande do Sul, existentes no AHRs, códices C-234, C-299 e Listas de embarque. Acervo Jacob Rheingantz (BRG).

As relações estabelecidas entre Rheingantz e os colonos podiam variar bastante. Tal como os empresários das minorias intermediárias, Rheingantz esperava a lealdade em troca das oportunidades que ele proporcionava aos colonos. Havia os colonos que o empresário considerava “bons colonos”, ou seja, aqueles que se enquadravam no perfil pretendido pelos colonizadores brasileiros como ordeiros, trabalhadores e morigerados. Do outro lado, havia os colonos considerados desafetos, para os quais a inimizade limitava as oportunidades, principalmente as possibilidades de comércio. Para o primeiro grupo, dos “bons colonos”, Rheingantz ajudava as famílias atingidas por doenças, mandando seus encarregados cuidarem das tarefas da casa e ajudar nas plantações, como cortar lenha; acompanhava colonos nos depoimentos na justiça; depositava quantias em dinheiro para trazer familiares da Europa; chamava o padre para o batismo das crianças, muitas vezes realizado na casa sede da empresa e da família, e também aproveitou suas relações com deputados provinciais para solicitar a abertura de escolas públicas na colônia.¹⁴

Os Rheingantz eram protestantes na Alemanha, mas se tornaram católicos no Brasil (BOSENBECKER, 2017, p. 66), o que provavelmente ajudou no estabelecimento de relações com as elites locais, especialmente as relações de parentesco por meio de casamentos. Neste sentido, eles se contrastam com a maior parte dos empresários alemães de Santa Catarina, por exemplo, (WILLEMS, 1986). Por sua vez, essas relações com as elites brasileiras facilitavam os trâmites políticos e burocráticos necessários para o estabelecimento dos seus negócios e a importação de colonos e trabalhadores alemães. Também os ajudavam a levantar capital, porque algumas das elites locais investiam nos negócios dos Rheingantz. Contudo, diferente de outros integrantes

14 Alguns exemplos podem ser encontrados em: APERS. Comarca de Pelotas. Processo Crime n. 745, 1967, caixa 006.0320; Processo Crime n. 731, 1867, caixa 006.0320; Processo Crime n. 672, 1864, caixa 006.0317; Processo Crime n. 507, 1858, caixa 006.0310. Veja também Bosenbecker (2011).

da elite imigrante de origem alemã, já naturalizados, Rheingantz não se naturalizou e jamais exerceu cargo «público», mas o Estado o encarregou da função de demarcar e titular os lotes, praticamente sem fiscalização dos órgãos estatais.

Por outro lado, o empresário usava sua influência para controlar a vida dos colonos que considerava perturbadores. O caso mais emblemático que encontramos foi o do sueco João Anderson (BOSENBECKER, 2011).¹⁵ Após um homicídio ocorrido na colônia, Rheingantz foi chamado para realizar o exame de corpo de delito, e depois encaminhou cartas às autoridades policiais denunciando a fuga de Anderson, acusado de ter cometido o crime. O empresário informou comerciantes estrangeiros e capitães de navios em Rio Grande, suspeitando da fuga do colono e do contato com outros estrangeiros. Rheingantz participou ativamente da captura de Anderson, que foi absolvido em julgamento, por se tratar de legítima defesa, retornando, assim, para a Colônia São Lourenço.

Três anos depois, em 1867, Rheingantz voltou a denunciar Anderson, acusado de tentar matar o sogro. Rheingantz participou do processo como testemunha, relatando que tentava proteger a família do sogro de Anderson, o que teria despertado a inimizade do mesmo, com ameaças proferidas de ambos os lados. Após o confronto e o processo, todos retornaram à Colônia. No final deste mesmo ano, Anderson teria participado de uma revolta de colonos contra Rheingantz, mas ele foi assassinado por outros imigrantes em fevereiro de 1868, uma semana antes da comitiva do governo chegar a São Lourenço para investigar a revolta.

Outro grupo bastante “vigiado” por Rheingantz eram os imigrantes que tinham pretensões comerciais ou artesanais, como José Pons, colono que teria vindo ao Brasil para fabricar cerveja e acabou

15 Informações de: APERS. Comarca de Pelotas. Tribunal do Júri. Processo Crime n. 672, 1864, caixa 006.0317; Processo Crime n. 731, 1867, caixa 006.0320; e Processo Crime n. 771, 1868, caixa 006.0321.

como professor de uma escola particular em São Lourenço. Rheingantz barrou seus empreendimentos, inclusive as atividades culturais que Pons tentava incentivar. Pons, por seu turno, resolveu organizar a construção da igreja católica da colônia, enfrentando o empresário Rheingantz. Além de Pons, havia na colônia um pequeno grupo que concentrava forte oposição ao empresário, formado por Cristiano Thurow, proprietário de uma estrebaria; Jorge Dietrich, que deixou a colônia para fundar um comércio de secos e molhados no caminho do porto fluvial, onde atendia às demandas coloniais; Guilherme Rheimbrecht e os irmãos Kath, entre outros donos de tavernas na colônia, cujos pedidos para comercializarem a produção colonial e venderem implementos aos colonos foram negados por Rheingantz, que tentava manter o monopólio da compra dos produtos coloniais e da venda de suprimentos aos colonos.¹⁶

Conforme alegou José Pons, Rheingantz teria usado algumas estratégias para “quebrar” as lojas dos comerciantes prósperos Guilherme Klumb e Dr. Hermann, médico da colônia, tais como vendas abaixo do preço de mercado e facilidade de pagamento para os colonos. Alguns comerciantes, considerados mais agitadores, tiveram tratamento mais severo. Thurow relatou que por várias vezes havia ficado detido na subdelegacia mais próxima, comandada pelo capitão José Antônio de Oliveira Guimarães, sócio e patrocinador da colônia, além de parceiro em trocas e compras de terras realizadas por Rheingantz, até que desavenças, justamente por questões agrárias, fizessem Guimarães romper a amizade com empresário alemão. Alguns dos comerciantes citados acima seriam os líderes da revolta que estourou no natal de 1867 contra o empresário.¹⁷

16 Veja, entre outros, os processos: APERS, Comarca de Pelotas. Tribunal do Júri. Processo Crime n. 520, 1867, caixa 006.0311. Processo crime n. 632, 1863, caixa 006.0315.

17 As principais fontes sobre a revolta são: APERS. Comarca de Pelotas. Tribunal do Júri. Processo Crime n. 520, réus José Pons, Cristiano Thurow, Jacob Decker, Felipe Schneid, Jacob Vogt, Guilherme Könzgen, Carlos Rheinbrecht, 1867, caixa 006.0311; AHRS. Coleção Imigração, Terras e Colonização. São Lourenço/empresário/diretor/diversos, maço 72, caixa

O monopólio econômico da colônia não era apenas circunscrito ao comércio da produção colonial, mas também ao abastecimento dos imigrantes, pois Rheingantz controlava o comércio de grande porte, incluindo a remessa de implementos agrícolas, roupas e tecidos, utensílios domésticos e todo e qualquer produto cedido para a instalação das famílias nos lotes coloniais. Somam-se a isso a venda das passagens até a colônia e a dos lotes.¹⁸

O controle quase total da vida econômica da colônia por Rheingantz e sua representação dos colonos perante o Estado geraram muitas suspeitas de que ele estivesse usando sua posição para ludibriar os colonos e beneficiar a si mesmo. Os colonos demoraram alguns anos para entender sua situação e se organizar, talvez em função da dificuldade de entender o português e por diferenças regionais e linguísticas entre os próprios colonos. Dez anos depois da fundação da colônia, Rheingantz enfrentou uma rebelião dos colonos que resultou na sua fuga da colônia e afastamento da administração direta dela.¹⁹

A revolta dos colonos em 1867 expôs vários tipos de reclamações, ora contra as posturas do empresário, ora contra abusos administrativos e discrepâncias em contratos e recibos, e deixa claro algumas das estratégias de Rheingantz para explorar seus conterrâneos pobres. Um enviado do governo provincial descreveu as desordens na colônia, considerando que “a causa principal da desordem na colônia era, em primeira linha, a posição tríplice que Rheingantz ocupava na colônia, posições incompatíveis entre si e prejudiciais à manutenção

37, especialmente, abaixo-assinados dos colonos, relatórios dos comissários do governo e correspondências trocadas entre Rheingantz e o governo durante o período. Veja também Bosenbecker (2011) e Iepsen (2008).

18 BRG. Acervo Jacob Rheingantz. *Abaixo-assinado contendo reclamações sobre o custo de passagens, 14 abr. 1861*. AHRS. Coleção Imigração, Terras e Colonização. São Lourenço/empresário/diretor/diversos, maço 72, caixa 37. *Correspondência de Jacob Rheingantz enviado ao Presidente da Província, em 10 jan. 1863*.

19 Veja Bosenbecker (2011, 2012), Iepsen (2008). Sobre revoltas nas colônias nesse período, envolvendo especialmente conflitos decorrentes de questões administrativas nas colônias e problemas agrários, ver Seyferth (1999).

da ordem.”²⁰ As acusações mais graves contra a colonizador eram de que ele vendia os lotes a preços acima do que fora ajustado antes da imigração e de que ele não emitia as escrituras de compra e venda, ou passava títulos de propriedade depois dos colonos pagarem tudo que deviam pelas terras. Além disso, vários colonos reclamavam que nos recibos por pagamento das terras constavam valores menores do que o que efetivamente havia sido pago. Outras denúncias diziam que Rheingantz mandava o irmão medir lotes em total desacordo com a verdadeira área dos terrenos, que o diretor maltratava colonos que compravam em sua loja, ou ainda que o empresário abrisse correspondências dos colonos antes de entregá-las.²¹

Em contrapartida, segundo denúncias de Rheingantz, nos bastidores um grupo tentava mobilizar os colonos contra o empresário. Este grupo discursava nas tavernas contra Rheingantz e era formado por alguns colonos e comerciantes, em especial, José Pons, que organizava a construção da igreja católica da colônia, para a qual foi nomeado diretor e tinha o apoio do Bispo de Porto Alegre. Entretanto, Pons sofria todo tipo de oposição de Rheingantz, que tentou, inclusive, começar a construir outra igreja católica, embora sem sucesso ou apoio do núcleo católico da colônia. Assim, Rheingantz se posicionava contra os comerciantes e outras elites imigrantes que ameaçavam seu controle de quase todos os aspectos da vida da colônia, inclusive a vida religiosa.²²

20 *Relatório do Agente Intérprete da Colonização Lothar de la Rue enviado ao Presidente da Província João Sertório, em 14 ago. 1869.* AHRS. Coleção Imigração, Terras e Colonização. São Lourenço/empresário/diretor/diversos, maço 72, caixa 37.

21 APERS. Comarca de Pelotas. Tribunal do Júri. Processo Crime n. 520, 1867, caixa 006.0311.

22 AHRS. Coleção Imigração, Terras e Colonização. São Lourenço/empresário/diretor/diversos, maço 72, caixa 37. *Ofício do Ministério dos Negócios da Agricultura; Correspondência do empresário Jacob Rheingantz ao Presidente da Província, em 29 jan. 1867; Correspondência do empresário Jacob Rheingantz ao Presidente da Província, em 9 mar. 1867; Correspondência com esclarecimentos do empresário Jacob Rheingantz ao Presidente da Província, em 12 set. 1867, contendo despacho do Presidente para ser enviada ao Chefe de Polícia.*

Um estopim para a revolta foi a instalação de um destacamento de polícia, requerido por Rheingantz para vigiar seus desafetos, que desde 1865 tentavam denunciar Rheingantz às autoridades provinciais, nacionais e prussianas. Os dez soldados que ficaram a disposição do destacamento não falavam em alemão e apenas sabiam os nomes dos desafetos de Rheingantz.²³ Em contrapartida, Pons viajou até o Rio de Janeiro, entre 10 de agosto e 7 de novembro de 1866,²⁴ onde conversou em francês com o Imperador e procurou a ajuda do Conde D'eu. Segundo o próprio relato de Pons, ele tentava buscar apoio para construir a igreja e possivelmente denunciar posturas do empresário.

Embora alguns historiadores recentes atribuam um caráter étnico e essa revolta, alegando que fosse um levantamento de colonos pomeranos contra um empresário prussiano,²⁵ o processo criminal contra os envolvidos mostra a participação de alemães de várias origens e que os líderes da revolta eram comerciantes ou outros imigrantes cujas iniciativas haviam sido barradas por Rheingantz, caso de José Pons e Cristiano Thurow (BOSENBECKER, 2011).²⁶ Apesar de algumas cobranças do Estado terem recaído sobre Jacob Rheingantz,

23 Conforme dados no próprio processo que investigou a revolta. APERS. Comarca de Pelotas. Tribunal do Júri. Processo Crime n. 520, 1867, caixa 006.0311.

24 Biblioteca Nacional. *Diário do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Ano XLVI, n. 267, 8 nov. 1866; Ano XLVI, n. 191, 11 ago. 1866. E o texto de José Pons intitulado “Simples descrição da minha vida”, uma espécie de carta-testamento, escrita em alemão, em 10 fev. 1904, que atualmente pertence a descendentes do imigrante Pons, que gentilmente cederam o documento.

25 Veja Kolling (2008), por exemplo. Sobre reivindicações identitárias pomeranas na região ver: Weber e Bosenbecker (2010); Ferreira e Heiden (2009); Thum (2009).

26 Sabemos que pouco mais de duzentas pessoas estiveram presentes na casa do empresário quando eclodiu a revolta. Com isto, estaria representada boa parte das famílias da colônia, pois os censos da colônia mostram que em 1865, havia 336 lotes coloniais, e contava-se 298 homens casados; em 1866, eram 372 lotes e 341 homens casados. Havia ainda os proprietários que eram solteiros, mas os números são difíceis de precisar, pois os censos listam na mesma categoria os menores de idade. Não há relatórios sobre a colônia para os anos de 1867 e 1868. Em 1866, havia 1.637 habitantes, sendo 106 nascidos na colônia; já em 1869, eram 3.200 habitantes. Veja: *Mappa Statistica da Colonia São Lourenço Município de Pelotas relativo ao anno de 1866*. e *Mappa Estatistica da Colonia São Lourenço Município de Pelotas relativo ao anno de 1865*. AHRs. Coleção Imigração, Terras e Colonização. São Lourenço/empresário/diretor/diversos, maço 72, caixa 37.

no sentido de regularizar a situação das terras, ele manteve boa parte de suas vantagens comerciais, apesar de se afastar temporariamente da colônia, deixando parentes encarregados de representar os interesses colonizadores da família. Enquanto isso, o governo do Rio Grande do Sul decretou uma intervenção administrativa na colônia, que perdurou por mais de dois anos, quando a família retornou à colônia. O resultado mais prático foi o registro no cartório local de centenas de escrituras de compra e venda dos lotes coloniais, todos assinados por Rheingantz e alguns com o testemunho do Tenente-coronel Afonso Mabilde, que ocupava o cargo de diretor interino da colônia, por determinação da presidência da província, na última fase da intervenção, quando Rheingantz já retomava as atividades.²⁷

CONCLUSÕES

Tanto no passado como hoje, os intermediários étnicos da imigração ajudam os seus compatriotas ao mesmo tempo em que os exploram, aproveitando suas relações em ambos os países para lucrar da migração internacional. Se no passado tais figuras eram celebrados como pioneiros do desenvolvimento, hoje são estigmatizados como traficantes de pessoas. Este artigo aponta semelhanças na atuação desses intermediários em duas épocas, além de suas relações ambíguas com seus conterrâneos.

O Brasil recebeu nos últimos anos o que foi considerada a “maior onda imigratória ao país em cem anos” (VINDA..., 2012) em especial envolvendo a entrada de haitianos, bolivianos e colombianos. Em geral,

27 APERS. Tabelionato do 4º Distrito de Pelotas (Boqueirão). Livros de Transmissões e Notas, volumes 2 ao 7, do período de 1869 a 1879, especialmente, os inúmeros registros realizados entre 1869 e 1871, livros 2 ao 5.; AHRS. Coleção Imigração, Terras e Colonização. São Lourenço/ empresário/diretor/diversos, maço 72, caixa 37. *Correspondência da Comissão informando situação das queixas na colônia; Relação dos colonos q. apresentavam reclamações á Comm.^a em sua 1ª Sessão 23 – 10brº -70; Relatório de Lothar de la Rue, Agente Interprete da Colonização em Porto Alegre, 14 ago. 1869.*

são imigrantes pobres com pouco conhecimento da língua, das leis e dos costumes brasileiros, que gastam suas economias contratando facilitadores, que, por sua vez, deveriam auxiliar no transporte até o destino final no interior do Brasil, e a encontrar moradia e emprego. A realidade desse processo, entretanto, não condiz com a maioria das promessas dos intermediários. Esse tipo de relação já existia no século XIX e início do XX, quando empresários da imigração participavam na colonização do país, agenciando imigrantes, regularizando terras e assentamentos, controlando a venda da produção e a distribuição dos mantimentos e mediando as relações entre as autoridades brasileiras e os imigrantes.

Os empresários da colonização do passado evidenciavam algumas das características das minorias intermediárias, especialmente a manutenção dos laços com o país de origem (o que era mais difícil para os imigrantes mais pobres), o aproveitamento intensivo de mão-de-obra familiar, transações prioritárias com conterrâneos, tanto no país de acolhimento quanto no de origem, e uma tendência de ajudar e explorar outros imigrantes co-étnicos. A vida binacional dos Rheingantz, examinados neste trabalho, permitia um papel de mediação entre os imigrantes alemães e os brasileiros, especialmente as autoridades e as elites. Contudo, os empresários alemães e descendentes no Brasil, como Jacob Rheingantz, não podem ser considerados uma minoria intermediária porque não se mantinham separados da elite local e investiam em projetos dificilmente liquidados, que rendiam em longo prazo. Embora tivessem características culturais distintivas, principalmente a língua e, em muitos casos, a religião, os imigrantes alemães em geral não eram um grupo que se pensava como transitório no Brasil.

De certa maneira, os empresários da imigração no passado e os atuais atravessadores e “despachantes” étnicos intermediam as relações entre imigrantes e a sociedade de acolhimento, o que é possível

porque conhecem os dois países, línguas e culturas. Tipicamente são imigrantes em situação regular, com conhecimento e relações suficientes para ajudar os imigrantes de várias maneiras – com o transporte da terra de origem e dentro do país de destino, com a travessia, legal ou ilegal, da fronteira, com a documentação e os trâmites da permanência, com a procura de moradia e emprego. Também ajudam os imigrantes quando têm algum problema com a polícia ou com a Justiça. Os lucros podem se originar de taxas pelos serviços de intermediação, ou das oportunidades para explorar os imigrantes como mão-de-obra barata e submissa, ou ainda da monopolização da venda de produtos dos imigrantes.

Dessa forma, no seu papel de mediação, muitas vezes os empresários ou agenciadores de imigrantes acabam assumindo, formal ou informalmente, funções do Estado, o que aumenta ainda mais as oportunidades para explorar seus conterrâneos pobres. Mas nada disso significa que as relações entre a elite imigrante e os conterrâneos pobres são puramente de exploração. A exploração existe, mas muitas vezes essas elites também ajudam os outros imigrantes a se estabelecer no novo país. A relação típica pode ser caracterizada como uma mistura de paternalismo e exploração. Por sua vez, o que permite essas relações de exploração paternalista é a vulnerabilidade do imigrante pobre, sobretudo do imigrante irregular. No Brasil a lei que desde o século XIX nega os direitos fundamentais aos imigrantes e dificulta a naturalização, a morosidade da burocracia da imigração e a má vontade de alguns agentes do Estado multiplicam as situações de vulnerabilidade mesmo entre imigrantes legais.

Há diferenças claras entre os empresários colonizadores do passado e os agenciadores de imigrantes contemporâneos. No século XIX, os empresários da imigração recebiam dos governos estaduais pagamentos por cada família de imigrantes que assentavam. Também possuíam a autorização para produzirem a documentação de

regularização de terra e explorarem ou lucrarem com a construção de escolas, pontes e estradas em núcleos populacionais majoritariamente formados por estrangeiros. Atualmente, a inclusão dos grupos migrantes na sociedade tem como principais aspectos o trabalho e a integração em áreas urbanas, sendo que boa parte desses imigrantes entra ilegalmente e ocupam postos no mercado de trabalho e moradias sem contratos formais ou direitos reconhecidos. Isso cria oportunidades para intermediários que agem às margens da lei.

Mas não podemos presumir que a atuação dos intermediários hoje é exclusivamente ilegal, nem que os do passado sempre atuavam na legalidade. As promessas fraudulentas de Rheingantz, as cobranças excessivas pelos lotes coloniais, a demora na titulação e a repressão de concorrentes comerciais na “sua” colônia mostram que ele regularmente quebrava contratos ou violava a lei para aumentar seus lucros. Os intermediários da imigração no passado estavam mais bem relacionados com os governos e com as elites locais, não sofrendo, por isso, a estigmatização por suas ilegalidades. Por outro lado, os empresários da imigração hoje, sem a benção do governo e geralmente pouco relacionados com as elites, mas que cumprem muitas das mesmas funções e nutrem relações parecidas com os imigrantes, são outsiders muitas vezes classificados como criminosos.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Andrei; TONETTO, Maurício. *Ilusões perdidas: o drama dos imigrantes negros na Serra Gaúcha*, cinco anos após a chegada dos primeiros grupos. 2016. Disponível em: <<https://pioneiro.atavist.com/iluses-perdidas>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

BONACICH, Edna. A theory of middleman minorities. *American Sociological Review*, Washington, v. 38, n. 5, p. 583-594, out. 1973.

BOSENBECKER, Patrícia. Colonos nos domínios do diretor Rheingantz: uma revolta no Sul do Brasil. *Métis: História & Cultura*, Caxias do Sul, v. 11, n. 22, p. 41-65, jul./dez. 2012.

BOSENBECKER, Patrícia. *Três gerações de empreendedorismo: capital e laços sociais entre Brasil e Alemanha a partir do estudo de caso da família Rheingantz*. 2017. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

BOSENBECKER, Patrícia. *Uma colônia cercada de estâncias: imigrantes em São Lourenço/RS (1857-1877)*. 2011. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

COARACY, Vivaldo. *A Colônia São Lourenço e o seu fundador Jacob Rheingantz*. São Paulo: Saraiva, 1957.

DREHER, Martin N. *190 anos de imigração alemã no Rio Grande do Sul: esquecimentos e lembranças*. São Leopoldo: Oikos, 2014.

DUTRA, Cristiane Feldmann; GAYER, Suely Marisco. A inclusão social dos imigrantes haitianos, senegaleses e ganeses no Brasil. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DEMANDAS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NA SOCIEDADE, 12., 2015, Santa Cruz do Sul. *Anais...* Santa Cruz do Sul: UNISC, 2015. Disponível em: <<https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidspp/article/view/13067/2282>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

FERREIRA, Maria Leticia M.; HEIDEN, Roberto. Políticas patrimoniais e reinvenção do passado: os pomeranos de São Lourenço do Sul, Brasil. *Cuadernos de Antropología Social*, Buenos Aires, n. 30, p. 137-154, 2009.

IEPSEN, Eduardo. *Jacob Rheingantz e a colônia São Lourenço: da desconstrução de um mito à reconstrução de uma história*. 2008. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo.

KOLLING, Nilo Bidone. A presença teuta a partir de São Lourenço do Sul/RS. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISADORES DA HISTÓRIA DAS COMUNIDADES TEUTO-BRASILEIRAS, 9., 2008, São Leopoldo. *Anais...* São Leopoldo: Casa Leiria, 2008. p. 867-892. CD-ROM.

LANDO, Aldair Marli; BARROS, Eliane Cruxên. Capitalismo e colonização: os alemães no Rio Grande do Sul. In: LANDO, Aldair Marli (Org.). *RS: imigração e colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. p. 9-46.

MACIEL, Camila. *O sistema de suor*. 2015. Disponível em: <<https://oestrangerio.org/2015/01/31/o-sistema-de-suor/>> Acesso em: 20 mar. 2016.

NELLI, Humbert S. *The business of crime: italians and syndicate crime in the United States*. Oxford: Oxford University Press, 1976.

NEUMANN, Rosane M.; TEDESCO, João Carlos (Org.). *Colonos, colônias e colonizadoras: aspectos da territorialização agrária do Sul do Brasil*. Porto Alegre: Letra & Vida, 2013.

OBERACKER JUNIOR, Carlos Henrique. *A contribuição teuta à formação da nação brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Presença, 1985.

PAES, Augusto Moreira. A Colônia São Lourenço. In: RODRIGUES, Alfredo Ferreira. *Almanak literário e estatístico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Pinto e Companhia Livraria Americana, 1909. p. 164-167.

PELLANDA, Ernesto. *A colonização alemã no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, 1925.

PEREIRA, Elvis. Bolivianos se tornam a segunda maior colônia de estrangeiros em SP. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 16 jun. 2013. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/sao_paulo/2013/06/1295108-bolivianos-se-tornam-a-segunda-maior-colonia-de-estrangeiros-em-sp.shtml>. Acesso em: 10 jan. 2014.

PETRONE, Maria T. S. *O imigrante e a pequena propriedade*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969. 2 v.

SALGADO, Daniel. *Panorama atual da imigração boliviana*. 2013. Disponível em: <<http://oestrangeiro.org/2013/08/28/panorama-atual-da-imigracao-boliviana/>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

SEYFERTH, Giralda. Colonização e conflito: estudo sobre “motins” e “desordens” numa região colonial de Santa Catarina no século XIX. In: SANTOS, José Vicente Tavares dos (Org.). *Violências no tempo da globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 285-330.

SEYFERTH, Giralda. Colonização e política migratória no Brasil imperial. In: SALLES, Teresa; SALLES, Maria do Rosário R. *Políticas migratórias: América Latina, Brasil e brasileiros no exterior*. São Carlos: EDUFSCAR: Sumaré, 2002. p. 79-110.

TEDESCO, João Carlos; GRZYBOVSKI, Denize. Dinâmica migratória dos senegaleses no norte do Rio Grande do Sul. *Revista Brasileira de Estudos de População*. Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, p. 317-324, jan./jun. 2013.

THUM, Carmo. *Educação, história e memória: silêncios e reivindicações pomeranas na Serra dos Tapes*. 2009. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo.

TREZZI, Humberto. Intermediários cobram até R\$ 9 mil de ganeses por “ajuda” na viagem. *Zero Hora*, Porto Alegre, 16 jul. 2014. Disponível em: <<https://gauchazh>>.

clicrbs.com.br/geral/noticia/2014/07/Intermediarios-cobram-ate-R-9-mil-de-ganese-por-ajuda-na-viagem-4552394.html>. Acesso em: 1 set. 2017.

TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. *Patrícios: sírios e libaneses em São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1997.

UMA DÉCADA de migrações. 2016. Disponível em: <<https://oestrangeiro.org/2016/07/23/uma-decada-de-migracoes/>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

VINDA de haitianos é maior onda imigratória ao país em cem anos. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 12 jan. 2012. Mundo. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/1033447-vinda-de-haitianos-e-maior-onda-imigratoria-ao-pais-em-cem-anos.shtml>>. Acesso em: 20 out. 2017.

WEBER, Regina; BOSENBECKER, Patrícia. Disputas pela memória em São Lourenço do Sul: uma visão histórica de representações étnicas. *Cadernos do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina*, Chapecó, Ano 23, n. 32, jun. 2010. p. 347-369.

WILLEMS, Emílio. *A aculturação dos alemães no Brasil: estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1986.

ZENI, Kaline; FILIPPIM, Eliane Salete. Migração haitiana para o Brasil: acolhimento e políticas públicas. *Pretexto*, Belo Horizonte, v. 15, n. 2, p. 11-26, abr./jun. 2014.